



Editorial

José Rubens de Lima Jardimino

Diego Omar da Silveira

Há pouco mais de meio século, um pioneiro trabalho do antropólogo baiano Thalez de Azevedo (1955) chamava a atenção para o fato de que o campo religioso brasileiro começava a se transformar e de que o catolicismo, cada vez mais, deixava de “ser o órgão de controle social” que havia sido nos outros períodos da vida brasileira. Quase duas décadas mais tarde, Cândido Procópio Camargo (1973), em sua clássica análise dos levantamentos estatísticos dos anos 1940, 1950 e 1960, também pontuava uma “tendência geral para o declínio moderado, mas constante, de adeptos da Igreja Católica”, um movimento ao qual todos os cientistas sociais da religião assistiram ao longo das últimas décadas do século XX. Agora, novamente às voltas com a divulgação dos resultados de mais um Censo Demográfico, a sociedade brasileira e todos os analistas do nosso campo religioso se perguntam, mais uma vez, sobre os rumos da religião em nosso país.

Se por um lado, parece consensual afirmar que temos assistido, ao longo dos últimos anos, a um lento e progressivo movimento de destradicionalização e diversificação do campo religioso, por outro os recentes debates eleitorais serviram para reavivar a força e o pretenso caráter normativo de um discurso que lançou apelos de todo o tipo à moral cristã frente aos desafios postos ao Estado. Um episódio que nos faz recordar as objeções que, há muito, Antonio Flávio Pierucci (*apud* TEIXEIRA, 2005) tem apresentado à nossa “diversidade religiosa” e que releva, ainda mais, a hegemonia dos sistemas de crença monoteístas, cristãos sobretudo, em nosso campo religioso. Assim, se é possível dizer *bye bye* ao Brasil tradicional, prevendo, também na religião, o “mergulho líquido nas águas inconstantes do pós-tradicional” (PIERUCCI, 2004, p. 27) – onde crescem de forma destacada os que se declaram “sem religião”, é preciso lembrar que o declínio do catolicismo tem sido acompanhado do expressivo aumento do número de evangélicos, o que implica certamente uma reorganização identitária herdada de um cristianismo “que um dia se pensou triunfalmente nos haver cunhado, em cultura e civilização, católicos *no todo e de uma vez por todas*, selando-nos o destino confessional desde a primeira hora” (Idem, p. 17).

Para além das estatísticas e dos discursos sócio-midiáticos, persiste ainda a difícil tarefa de compreender e desemaranhar nosso tão controverso sincretismo religioso, com suas situações de trânsito e de dupla (às vezes tripla) pertença, dificilmente captadas pelas pesquisas quantitativas, e de algumas religiões com “frouxos vínculos nominais”, que tornam nossa identidade religiosa plástica e permeável ao influxo de outras tradições e sistemas religiosos, que se fundem nas crenças, ritos e práticas adotadas pelos sujeitos em sua vida pública ou nos aspectos mais íntimos de sua vida privada.

É frente a esse panorama e respeitando sua tradição investigativa e plural, que a *Revista Nures*, uma publicação eletrônica do Núcleo de Estudos Religião e Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, lança seu 18º número. Inaugurando um novo *layout*, a atual edição traz, além dos artigos, também a primeira parte de um dossiê temático intitulado **A religião nas Minas Gerais**, no qual especialistas que têm se dedicado a estudar a diversidade das manifestações religiosas entre os mineiros, apresentam suas pesquisas.

Paulo Gracino de Souza constrói, a partir da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann, uma análise da penetração dos pentecostais em duas distintas regiões de Minas: a Zona da Mata Norte e Campo das Vertentes, onde os pentecostais não passam de 5% da população, e o Vale do Aço, no qual ultrapassam os 22%. Índices que, segundo o autor, refletem a capacidade do “aparato dogmático e hierárquico católico” e das “estruturas leves e maleáveis do pentecostalismo” de mobilizar as memórias e os interesses (religiosos ou não) da população.

Por um viés mais histórico, Cecília Maria Fontes Figueiredo recupera a atuação dos esmoleiros na diocese de Mariana durante o século XVIII, analisando as tensões entre esses sujeitos e a hierarquia e as apropriações que se faziam no Império Português de alguns documentos oficiais da Igreja, como as Bulas papais que concediam indulgência e permitiam aos monarcas a arrecadação de recursos pecuniários que servissem à “expansão e domínio da fé católica nos territórios conquistados e a conquistar do além-mar”. A mesma tensão entre a força da hierarquia e a formação de um “catolicismo brasileiro” aparece no texto de Sueli do Carmo Oliveira, quando a pesquisadora aborda os embates entre a “devoção congadeira”, fruto de uma leitura africanizada do culto a Nossa Senhora, e a implantação

de uma matriz religiosa ultramontana no Brasil, a partir de meados do século XIX.

As dinâmicas entre tradição e modernidade marcam também os textos que compõem a seção livre de artigos. Os trabalhos de Wellington Teodoro da Silva e Estebán Campos tratam das práticas e discursos presentes na esquerda católica ao longo de boa parte do século XX. O primeiro traça um panorama das principais discussões acerca desse catolicismo engajado para o caso brasileiro. Já o segundo fornece elementos para pensar as imbricações entre os “pobres cristãos” e a luta de classes no seio da esquerda católica argentina, através dos textos veiculados pela revista *Cristianismo y Revolución*.

Por fim, Jonatas Meneses discute a formação dos grupos (neo)pentecostais no Brasil a partir de alguns “rótulos” que serviram para classificar os protestantes, propondo que para além de classificações didáticas essas comunidades devem ser pensadas “na perspectiva de um grande movimento que se mistura, e que este movimento, presumivelmente, continua a sua trajetória, contribuindo de forma decisiva para modificar as características básicas do protestantismo originário dos Estados Unidos e da Europa, ao ponto de poder inseri-los como integrantes de um certo protestantismo brasileiro”.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Thales de. *O Catolicismo no Brasil*. Um campo para pesquisa social. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955. (Cadernos de Cultura, 87).

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *Católicos, Protestantes, Espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973.

PIERUCCI, A. Flávio. “‘Bye bye, Brasil’ – O declínio das religiões tradicionais no Censo 2000”. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: USP/Instituto de Estudos Avançados (IEA), v. 18, n. 52, 2004. pp. 17-28.

_____. “Cadê nossa Diversidade Religiosa?” (2005, mimeo) *apud* TEIXEIRA, Faustino. “Fases do catolicismo brasileiro contemporâneo”. In: *Revista USP*. São Paulo: USP, n. 67, setembro/novembro de 2005. pp. 14-23.

José Rubens de Lima Jardimino é doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pós-doutorado em Ciências da Educação na Université Laval (Québec, Canadá) e na Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia (UPTC). É professor adjunto Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e professor visitante e pesquisador da Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colômbia e da Universidad Pablo de Olavide en Sevilla, Espanha. **e-mail:** jjardilino@gmail.com

Diego Omar da Silveira é doutorando em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Professor substituto do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), onde atua também como pesquisador do Núcleo de Estudos da Religião (NER). Bolsista do CNPq. **e-mail:** diegomarhistoria@yahoo.com.br.